



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### LEI ORDINÁRIA Nº 3368, DE 23 DE OUTUBRO DE 1997

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ABONO SALARIAL E CESTA BÁSICA, AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O MÊS DE OUTUBRO/97.

Dr. Vito Ardito Lerário, Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba aprova e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder no mês de outubro/97, o abono salarial aos servidores enquadrados nas seguintes referências:

Ref. 08	R\$ 7,79
Ref. 09	R\$ 5,20
Ref. 10	R\$ 2,45

§ 1º Todos os servidores, inclusive aqueles enquadrados nas referências contidas no "caput" deste artigo, receberão abono de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para o mês de outubro de 1997.

§ 2º Os servidores ocupantes dos cargos abaixo descritos perceberão, além do abono mencionado no § 1º do presente artigo, o abono complementar no valor de R\$ 20,00 (vinte reais):

Coordenador Pedagógico	Ref. 36
Coordenador de Serviço Educação	Ref. 33
Professor I	Ref. 18
Professor II	Ref. 20
Professor III	Ref. 22
Professor IV	Ref. 24
Professor V	Ref. 26
Professor Educação Física	Ref. 22



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

Pleno	
Prof. Educação Física Sênior	Ref. 25
Técnico Desportivo Júnior	Ref. 18
Técnico Desportivo Pleno	Ref. 21

§ 3º Os abonos de que trata a presente Lei não integrarão os vencimentos para fins de outras vantagens salariais.

Art. 2º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a adquirir gêneros alimentícios, mediante licitação, destinados à doação aos servidores municipais, como cesta básica.

Art. 3º A concessão de abono salarial, que trata o § 1º e cesta básica mencionada no artigo 2º, abrangerá todas as categorias dos cargos e funções do pessoal pela C.L.T., os ativos e inativos, pensionistas e estagiários, da administração direta ou indireta, que percebam os benefícios pelos cofres municipais.

Art. 4º Fica mantida a tabela de vencimento do mês de maio/97, referente a [Lei nº 3.319, de 28 de maio de 1997](#).

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente, que, se necessário, poderão ser suplementadas mediante decreto do Executivo.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 23 de outubro de 1997.

---

Dr. Vito Ardito Lerário  
Prefeito Municipal